



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Os imigrantes haitianos em Cascavel/PR no contexto das
políticas públicas**

LINEKER ALAN GABRIEL NUNES

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo apresentar um panorama acerca da inserção do imigrante haitiano no município de Cascavel/PR a partir do contexto das políticas públicas. Para tanto, como aporte teórico, analisar-se-á a questão do ordenamento territorial como política pública. Por outro lado, serão analisadas as condições de vida dos imigrantes haitianos a partir de duas entrevistas semi-estruturadas: Uma com um agente da polícia federal em Cascavel e outra com a representante da Cáritas Cascavel, que atua paralelamente ao poder público, na inserção do imigrante haitiano no município de Cascavel. Observou-se a ineficácia (ou até mesmo a ausência) de políticas públicas que vão de encontro com as reais necessidades dos imigrantes haitianos. Como paleativos, instituições, geralmente vinculadas a denominações religiosas, têm agido na acolhida e na assistência das necessidades enfrentadas pelos haitianos em Cascavel.

Palavras-chave: Ordenamento Territorial; Migração; Trabalho; Haitianos; Cascavel/PR.

Abstract:

The present study aims to present a panorama about the insertion of the Haitian immigrant in the municipality of Cascavel / PR from the context of public policies. Therefore, as a theoretical contribution, the question of territorial planning as a public policy will be analyzed. On the other hand, the living conditions of Haitian immigrants will be analyzed through two semi-structured interviews: one with a federal police agent in Cascavel and another with the representative of Caritas Cascavel, who works in parallel with the public power, inserting the Haitian immigrant in the municipality of Cascavel. The inefficiency (or even absence) of public policies that meet the real needs of Haitian immigrants was observed. As institutions, usually linked to religious denominations, have acted in welcoming and assisting the needs faced by Haitians in Cascavel.

Keywords: Land use planning; Migration; Job; Haitians; Cascavel / PR.

1.1.1.Introdução

Estudar políticas públicas é de fundamental importância para a formulação de projetos que contemplem os mais variados setores da sociedade. No caso, a presente pesquisa



busca investigar a introdução dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro e mais especificamente em Cascavel/PR a partir do contexto das políticas públicas, visando analisar a efetiva presença ou não dessas políticas como meio de inserção dos haitianos na sociedade brasileira.

Historicamente, o Brasil passou por vários ciclos migratórios, ganhando traços e identidade nacional a partir da presença de povos oriundos de outros continentes (Europa, África, Ásia, etc).

A partir da década de 1980, vê-se um cenário de forte emigração de brasileiros, principalmente para a Europa, Estados Unidos e Japão. Desde então o estado brasileiro passa a ter novas preocupações, pois muitas vezes os migrantes brasileiros inseriam-se no mercado de trabalho de maneira informal, sem garantias legais, estando então em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado há, inicialmente, a entrada de imigrantes trabalhadores, sobretudo, da Bolívia e do Paraguai e mais tarde, nos anos 2010, a forte imigração de haitianos no Brasil.

Coloca-se, para o estado Brasileiro, o desafio da criação de políticas públicas que envolvam a acolhida e a inserção efetiva dos migrantes na sociedade brasileira, com vista à preservação de seus direitos e o acesso aos serviços públicos.

Invertigar-se-á a questão da migração dos haitianos, a adaptação ao município de Cascavel, o trabalho e a inserção laboral em Cascavel, As políticas públicas de acolhida dos haitianos (Em esfera Nacional, regional, local).

Logo, como mote da pesquisa emerge algumas questões: Quais são as políticas públicas para a migração? De que serviços públicos demandam os haitianos? Como se dá o acolhimento dos haitianos no município de Cascavel? O que motivou os haitianos a migrar?. Essas questões serão norteadoras de toda a investigação proposta no presente artigo.

1.1.2.O Ordenamento territorial como política pública

Propõe-se, também, no presente ensaio, compreender a presença dos imigrantes no Brasil e no município de Cascavel também a partir da perspectiva do ordenamento territorial.

Várias são as definições acerca de Ordenamento do território, dependendo do uso e das finalidades postas pelos agentes utilizadores. Por isso,

[...] o Ordenamento Territorial não é um conceito claro e definido, mas sim um conceito em construção. Em grande parte porque depende dos contextos e objetivos diferenciados dos Estados-Nação ou blocos supranacionais que o propõem. Em parte, também, porque o recente resgate do papel dos Estados e sua relação com os respectivos territórios tampouco é claro e definido (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 15)

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa on-line apud Gaspar (1995, p. 1), é o

“[...] acto de ordenar; ordenação; de um território: estudo profundo e detalhado de um território (país, região, etc.) para conhecer todas as suas características e que



constituirá a base para a elaboração de um plano cuja finalidade é a utilização racional desse território, ou seja, o aproveitamento das potencialidades, a maximização da produção a par com a protecção do ambiente, visando o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida.”

Antonello (2015, p. 3996) nos informa que é fundamental, sobre o ordenamento territorial, não necessariamente buscar uma definição universal, pois

[...] o ponto que sobressai na discussão sobre o conceito de OT não é buscar uma definição precisa e aceita globalmente, tendo em vista a complexidade de que envolve o conceito, particularmente, em função das interpretações singulares que se adota em cada país, mas sim é possível realizar aproximações levando em consideração os objetivos traçados [...].

Também, é corrente a vinculação do ordenamento territorial como sendo política pública (Como, por exemplo, é o caso de Portugal), cabendo o ordenamento ao estado e a outros poderes públicos responsáveis. Representa, portanto, a expressão espacial, a partir do uso do solo, de políticas sociais, econômicas, ambientais, etc.

A discussão que atrela o ordenamento do território como política pública nos remete à Carta Europeia de Ordenamento do Território, de 20 de maio de 1983, aprovada em Torremolinos (Espanha). Na carta, temos talvez a definição mais difundida de ordenamento do território, sendo que

La ordenación Del território es la expresión espacial de las políticas económicas, sociales, culturales y ecológicas de la sociedade. Es a la vez uns disciplina científica, uma técnica administrativa y una política concebida com um enfoque interdisciplinario y global cuyo objetivo es um desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física Del espacio según um concepto rector. (CONSEJO DE EUROPA, 1983, p.2)

João Ferrão (2011) defende a chamada “**cultura de ordenamento do território**” (grifo nosso). O autor argumenta que a cultura de ordenamento do território inclui valores e atitudes partilhados não só pelas comunidades científica, técnica e política, mas também por outros grupos notadamente os cidadãos em geral. Ou seja, todos os sujeitos atuantes no espaço são chamados a participar como sendo ativos e indispensáveis no processo.

Surge então o desafio da consolidação da cultura de ordenamento territorial, a partir da efetiva participação dos cidadãos nos processos de mando e de decisão. Assim, como consolidar a cultura de ordenamento do território

[...] com a presença efectiva nas decisões e acções quotidianas de especialistas do sector, dirigentes políticos, actores económicos, organizações não governamentais e cidadãos e geral? Permitirá o aproveitamento inteligente dessa oportunidade transformar o ordenamento do território numa política pública eficiente, porque profissionalmente qualificada, operacionalmente eficaz, politicamente relevante e socialmente reconhecida? (FERRÃO, 2011, p. 26-27)

Pensar nesse contexto, da cultura de ordenamento do território e da participação popular no município de Cascavel, torna-se fundamental.



Desse modo, em Cascavel as políticas públicas são incitadas pelos órgãos públicos responsáveis ou há, por parte de grupos de cidadãos (Igrejas, Ongs, etc) a iniciativa para o acolhimento e a defesa dos direitos dos imigrantes haitianos? Logo, que agentes estão envolvidos nas questões relativas aos haitianos no município de Cascavel? Há, por parte do poder público, ações concretas e políticas de apoio ao imigrante? A investigação do presente artigo será permeada, dentre outras, por essas questões.

1.1.3. As políticas públicas de acolhimento aos haitianos no Brasil

De maneira geral, devido ao fenômeno da imigração brasileira para o Brasil ser recente, observa-se uma generalizada dificuldade, nas mais variadas esferas, no que tange políticas públicas que abarquem os direitos dos haitianos que procuram o Brasil como lar.

A tabela 1 mostra o número de autorizações concedidas a nacionais do Haiti no período de 2011 a 2015. Observa-se, comparando-se o ano inicial com o final, um aumento de grandes proporções, sendo significativa a parcela da população haitiana presente no Brasil desde então.

Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Masculino	585	3.989	1.630	1.541	27.326	35.071
Feminino	123	836	439	349	7.969	9.716
Não Informado	-	-	-	-	6.337	6.337
Total	708	4.825	2.069	1.890	41.632	51.124

TABELA 1 - Número de autorizações concedidas a haitianos, por sexo, 2011-2015

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Previdência Social (2015).

Então, em 2015 são concedidas 41.632 autorizações a haitianos, totalizando, desde 2011, 51.124 cidadãos registrados em território brasileiro. Os números nos convidam a ver a amplitude do fenômeno da migração haitiana para o Brasil. Para tanto, faz-se necessário elencar lembrar também dos tratados, convenções e resoluções normativas que prevêm o direito dos haitianos enquanto cidadãos no Brasil.

Em relação aos tratados e convenções e tratados internacionais sobre migração, há no Brasil o cumprimento destes, mas torna-se necessário efetivar uma maior participação de todos os atores responsáveis para que as políticas públicas abarquem de maneira positiva as reais necessidades dos imigrantes em território brasileiro, por isso

[...] um dos fatores de melhoria percebidos é a necessidade e maior diálogo dos atores públicos e privados envolvidos nesse processo, além da necessidade de incremento de ampla participação social neste debate, de modo a concretizar políticas públicas que se materializem em um projeto nacional de acolhimento. É



necessário um diálogo que integre as diferentes esferas de governo para que as municipalidades não estejam alheias a este processo e não se neguem a desempenhar o seu papel e a zelar pelas responsabilidades compartilhadas com outros entes federados (ZENI e FILIPPIM, 2014, p.16)

A afirmação anterior vai de encontro com a questão da cultura de ordenamento do território, defendida por Ferrão (2011). Mesmo sendo recente a migração de haitianos para o Brasil, espera-se que, por parte das diferentes esferas do governo, as políticas públicas de acolhimento e de inserção do imigrante na sociedade brasileira sejam efetivas.

No que se refere aos imigrantes haitianos, a nível nacional, no dia 12 de janeiro de 2012, o Conselho Nacional de Imigração instituiu a resolução normativa que trata da concessão de visto permanente a haitianos. Assim, de acordo com a mesma, ao nacional do Haiti

[...] poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. **Parágrafo único.** Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Assim, a solicitação de vistos para nacionais do Haiti pelo governo brasileiro está amparada pela Resolução Normativa (RN) nº97 de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). A resolução se deve ao cenário social instaurado e agravado a partir do terremoto de janeiro de 2010, como também por crises humanitárias, como o surto de cólera ocorrido também em 2010, que matou cerca de 8.000 pessoas.

Logo, ressalta-se que os imigrantes haitianos residentes no Brasil, por força de lei, não são considerados refugiados (Aqueles que migram em decorrência de conflitos armados ou de perseguições políticas, religiosas, etc), mas sim, obtiveram visto permanente por razões humanitárias, em decorrência do agravamento das condições de vida dos mesmos em seu país de origem. No caso dos haitianos, os mesmos são considerados pelo governo brasileiro, como migrantes econômicos ou como deslocados por motivos ambientais.

1.2. Haitianos em Cascavel/PR: Trajetória e análise de entrevistas

Após o terremoto de 2010, que agravou ainda mais as condições sociais e econômicas do Haiti, inicia-se a migração haitiana em direção ao Brasil como via de escape à crise instaurada. Em momento de pujança econômica e carência de mão de obra em alguns setores (Construção civil e frigoríficos, por exemplo), a mão de obra haitiana passa a ser uma opção para o déficit.



No que se refere ao município de Cascavel, os primeiros relatos da presença de imigrantes haitianos datam de 31 de janeiro de 2012, quando chegou 44 imigrantes, que na ocasião foram contratados para trabalhar na construção de um hospital particular.

A justificativa da empresa contratante é a falta de mão de obra para atividades braçais, além da questão solidária, haja vista a série de problemas enfrentados pelo país depois do terremoto de 2010. Pode-se observar essa afirmativa na citação a seguir:

Ontem, 44 haitianos desembarcaram em Cascavel, onde vão trabalhar nas obras do Hospital São Lucas, que pertence à Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Eles também vão construir um novo bloco na faculdade. “Há seis meses nós procuramos mão de obra e não conseguimos suprir toda a necessidade. Mas o que pesou muito também foi a questão social”, explica o engenheiro responsável pelas obras, Carlos Oya. O contato com os estrangeiros foi intermediado pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre. O estado é a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil. (GAZETA DO POVO, 31/02/2012).

Em estudo de Martins et al (2014, p. 6) estimava-se que residiam em Cascavel aproximadamente 3 mil haitianos, sendo que o autor afirma que “[...] não é exagero afirmar que eles fazem parte de um exército mundial de trabalhadores da indústria da alimentação , e que Cascavel se converteu no elo de uma cadeia produtiva global, cujo produto é exportado para mais de 150 países”.

Assim, no que tange o trabalho, comumente associa-se a figura dos imigrantes haitianos com o trabalho no ramo agroindustrial/indústria da alimentação. Estima-se também que a vinda dos mesmos para o município de Cascavel se deve à atividade laboral nos frigoríficos.

Desse modo, de acordo com Martins et al (2014, p. 5), pode-se afirmar que

[...] o fenômeno da imigração haitiana para o município de Cascavel está estreitamente relacionado à indústria da alimentação. Há uma década o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, processada e in natura. Trata-se de um negócio que movimentava 8 bilhões de dólares por ano, somente em exportações. Santa Catarina e Paraná são os maiores produtores nacionais, onde funcionam cooperativas agroindustriais e frigoríficos que controlam marcas conhecidas.

Atualmente, residem em Cascavel aproximadamente 2 mil haitianos. Observa-se, comparando-se Cascavel a outros municípios do Oeste do Paraná (Ver tabela 1), uma grande discrepância, havendo em Cascavel uma maior concentração. Também, estima-se que a presença dos haitianos nos outros municípios, assim como em Cascavel, deve-se à atividade no setor frigorífico

Cascavel	2.023
Palotina	257
Cafelândia	207
Toledo	140

TABELA 2 - População haitiana residente em municípios do Oeste do Paraná - 2016



Fonte: Polícia Federal em Cascavel, 2016.

Nesse momento, a partir de entrevistas realizadas com representantes da Polícia Federal em Cascavel e da Cáritas, analisar-se-á os discursos para observar como se dá a inserção dos haitianos no município de Cascavel.

Desse modo, em relação aos procedimentos realizados na Polícia Federal, o entrevistado da instituição informou que

“Quando vem pedir refúgio, pedem refúgio. O refúgio humanitário, que é um processo que nós só recepcionamos e enviamos ao ministério da Justiça no CONARE, que decide se vai aceitar ou não esse estrangeiro como refugiado. Outro caso é quando eles já vem com visto obtido no consulado brasileiro. O consulado brasileiro em Porto Príncipe emite o visto permanente e eles chegam aqui só pra se registrar como permanente e de posse do protocolo de registro eles partem ai pra receita federal, pros correios pra tirar o CPF e o ministério do trabalho ai pra tirar a carteira de trabalho, pra se inserir no mercado de trabalho e buscar uma vaga no mercado de trabalho” (TRABALHO DE CAMPO, 2016)

No que se refere ao local e distribuição da moradia dos Haitianos no município de Cascavel, o entrevistado da Polícia federal nos informa que os mesmos estão em várias regiões da cidade, dizendo:

Olha, estão espalhados pela cidade, mas parece que ainda a maior concentração deles está ali no bairro Alto Alegre e no bairro Coqueiral. A maior parte. Mas eles estão por toda a cidade. Até porque o número é muito grande. Mas é muito comum você inclusive transitar pelos bairros e ver eles (TRABALHO DE CAMPO, 2016).

A distribuição dos Haitianos no município, por bairro, de acordo com o entrevistado da Polícia Federal, se deve à construção do Hospital São Lucas, anexo à Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Os imigrantes buscaram fixar suas residências nas proximidades da construção, havendo assim uma concentração dos mesmos principalmente nos bairros Alto Alegre e Coqueiral (ver tabela 2).

Alto Alegre	507
Coqueiral	403
Santa Cruz	120
Brasília	52
Morumbi	26
Períolo	4
Pacaembu	3
Parque São Paulo	2

TABELA 3 – População Haitiana em Cascavel por bairros - 2016

Fonte: Polícia Federal em Cascavel, 2016.



Desse modo, questionando o entrevistado da Polícia Federal sobre o início da presença Haitiana em Cascavel,

Olha, teve um ... nós tivemos um terremoto no Haiti em 2010, por isso que desencadeou uma migração, quase que uma diáspora do país onde uma boa parte da população saiu. Em 2011 começou já a aparecer alguns estrangeiros provenientes do Haiti pro Brasil, mas em 2012 se intensificou. Primeiro em 2012, porque uma grande faculdade aqui de Cascavel na época precisava de mão-de-obra né, e não encontrava mão-de-obra com brasileiros né, porque houve uma época que a construção civil aqui tava carente de mão-de-obra e os proprietários dessa grande faculdade, hoje universidade tem também propriedades e instituições em Rondônia e boa parte dos Haitianos entravam por Rondônia e lá em Rondônia procuravam esse ... Depois que esses haitianos entravam no Brasil, procuravam fazer com que eles destinassem aos mais diferentes pontos do país e justamente o pessoal dessa faculdade tendo conhecimento dessa mão-de-obra que chegava do exterior começou a trazer aqui pra Cascavel e isso praticamente criou um efeito cascata. Um veio, depois o pai encaminhou o filho, o filho encaminhou a namorada ou a mãe ou familiares ou amigos e começou a criar esse fluxo e esse fluxo passou a ser constante, basicamente a partir de 2011, 2012 (TRABALHO DE CAMPO, 2016)

Observa-se, de acordo com a entrevista, que os imigrantes haitianos chegam ao Brasil de maneira regular, já com o visto autorizado na embaixada brasileira em Porto Príncipe. Então, questionado acerca disso, o entrevistado nos informa: “Isso. E partem pro mercado de trabalho, né? Agora, se conseguem vaga ou não nós não acompanhamos também. A maioria aparentemente sim, mas não sei se todos” (TRABALHO DE CAMPO, 2016)

Também questionado se há ações da Polícia Federal em relação aos imigrante, somos informados de que

Não, é só a parte formal né? Acompanhamento, a vida deles não. Não porque uma vez eu tendo ou vistos de refúgio, sendo registrados como refugiado, ou sendo só pleiteado-se como refúgio ou sendo registrado, eles tem todos os direitos, praticamente né, de um brasileiro pra trabalhar, pra seguir suas vidas, construir suas vidas aqui. Nós não temos como ficar acompanhando a vida deles até porque não há previsão legal pra isso. A lei do estrangeiro só regula que caso eles mudem de endereço, eles tem que informar isso pra Polícia Federal, mas isso é uma mera formalidade (TRABALHO DE CAMPO, 2016)

Em entrevista realizada com a representante da Cáritas Cascavel, entidade que realiza um trabalho de apoio ao imigrante em Cascavel, questionou-se o papel da entidade em relação aos haitianos:

A gente vai identificar a necessidade deles e a gente passa a trabalhar com eles. Só que nós não vamos trabalhar só com a documentação, a gente acaba se envolvendo pra além da documentação, porque a gente começa a perceber que eles precisam muito mais do que isso, entendeu, só de vir aqui e fazer a documentação e fazer esse encaminhamento

[...] É difícil a comunicação, a língua é um problema seríssimo, porque muitos não conseguem entrar pro mercado de trabalho por conta disso. Então a gente passa ... as igrejas passam a ter aulas, a dar aulas de português pra eles através do voluntariado e a gente vai buscar parcerias com a Unioeste, que através do curso de letras vai fazer né, vai ter aula de Português pra eles e a gente começa a identificar algumas datas que pra eles é importante, por exemplo, dia 18 de maio é o dia da bandeira, que eles comemoram como se fosse o nosso dia da independência, 7 de setembro. Então a gente passa a apoiar com que eles comemorem isso, com que eles façam isso né, então vem esse incentivo em relação ao Hino, à bandeira (TRABALHO DE CAMPO, 2017)



No que tange as dificuldades, observa-se que são variadas, desde a questão da saúde, educação e principalmente a questão do trabalho permeiam os percalços enfrentados. A partir disso, foi fomentada a criação do chamado “Fórum dos Haitianos”, sendo um espaço de discussão para superação das dificuldades enfrentadas pelos haitianos em Cascavel. Logo, sobre o fórum:

Então, esse fórum, ele acontece aqui na Cáritas, eles se reúnem, são haitianos, é ... tem o apoio da Cáritas, tem o apoio da pastoral do imigrante, tem o apoio de uma voluntária professora da Unioeste, que daí vai mediar esse fórum né? E vai colocar temas. Então a gente passa a introduzir a nossa metodologia, que é uma metodologia participativa, que eles tem que assumir o compromisso de dialogar com os amigos, os companheiros, os irmãos haitianos, entendeu? Porque tem muita dificuldade de você mobilizar ... A maior preocupação deles é buscar trabalho, então, pra reunir é muito difícil (TRABALHO DE CAMPO, 2017)

Também, questionada acerca do trabalho de órgãos governamentais para com os Haitianos ou até mesmo em parcerias com instituições de ajuda aos haitianos, fomos informados:

Eu sei que a Secretaria de Assistência Social, eles trabalham com todo aquele cidadão que está em situação vulnerável e frágil. Quando você acessa esse instrumento lá nos território que são os CRAS, claro que eles atendem, agora, se você me perguntar se assistência social tem um trabalho específico com os imigrantes haitianos junto com a Cáritas aqui, eu vou te dizer que não. Se você me perguntar: Tá mas vocês acessaram a assistência social? Sim. Quando a gente tinha essas reuniões, várias vezes nós convidamos a assistência social, nós convidamos a Secretaria de Estado da Saúde, a secretaria municipal de saúde, a educação através de algumas instituições de ensino, de universidades, mas essa contra partida deles de vir participar praticamente não existiu (TRABALHO DE CAMPO, 2017)

Logo, a partir do exposto nas entrevistas, paralelamente ao poder público, os Haitianos do município de Cascavel recebem apoio de outras instituições, tais como igrejas e entidades ligadas à estas (Como, por exemplo, a Cáritas Arquidiocesana).

Há inclusive, outras formas de representatividade dos haitianos em Cascavel, como, por exemplo, a Associação dos haitianos de Cascavel e o Fórum dos haitianos de Cascavel, citado anteriormente.

A Associação dos Haitianos foi criada em 2014, com o apoio da Igreja Anglicana, tendo como objetivo “[...] conhecer as leis do Brasil e do Município para obter a legalização e conseguir um emprego na área que já tem experiência e formação no Haiti” (JORNAL HOJE, 14/04/2014). Também, “a ideia é criar uma associação para que eles possam correr atrás de seus direitos, como saúde, educação e até mesmo emprego” (JORNAL HOJE, 14/04/2014).

Já o Fórum, apoiado pela Cáritas local, objetiva ser um espaço para discutir as necessidades dos haitianos, buscando, através da reflexão coletiva, meios para atingir a vivência da educação, saúde familiar, trabalho, justiça, cidadania e direitos humanos.



2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao atual momento vivido pelo Brasil no que se refere aos movimentos migratórios, promover políticas e instrumentos institucionais se fazem necessários para abarcar as necessidades vivenciadas pelos imigrantes em território Brasileiro. Ressalta-se aí a importância do ordenamento territorial e, mais ainda, de uma cultura de ordenamento territorial.

Em Cascavel, devido à presença dos imigrantes haitianos no município, ressalta-se a necessidade do fomento de políticas públicas que contemplem os imigrantes, a fim de facilitar sua inserção na sociedade Cascavelense.

Ao longo do texto, observou-se a ineficácia (ou até mesmo a ausência) de políticas públicas que vão de encontro com as reais necessidades dos imigrantes haitianos. Como paleativos, instituições, geralmente vinculadas a denominações religiosas, têm agido na acolhida e na assistência das necessidades enfrentadas pelos haitianos em Cascavel.

É importante, então, ressaltar a importância dessas políticas, de instrumentos que contemplem as reais necessidades enfrentadas pelos imigrantes. Observou-se então, a ausência do poder público em relação ao imigrante haitiano em Cascavel, fato lamentável, haja vista a diversidade cultural, profissional e todas as experiências e qualidades trazidas pelos haitianos, que podem vir a ser potencialidades exploradas para a melhoria da sociedade Cascavelense.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, Ideni Terezinha. *Ordenamento do território como política pública: a apreciação do Plano Diretor Municipal de Lisboa – Portugal*. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 4, 2015, Presidente Prudente, SP. Anais (on-line). Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. Disponível em: < <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/12/376.pdf> > Acesso em: 01 abr 2019.

CONSEJO DE EUROPA. *Carta Europea de Ordenación del Territorio*. Torremolinos, 1983.
FERRÃO, João. *Ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GASPAR, Jorge. *Conceito de Ordenamento do Território*. 1995. Disponível em: http://ftp.igeo.pt/instituto/cegiq/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_ot.pdf.7 Acesso em: 01 abr 2019.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

MARTINS, José Renato Vieira (et al.) *A diáspora haitiana: Da utopia à realidade*. Foz do Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014.

MI – Ministério da Integração Nacional. *Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (Versão preliminar)*. Disponível em: <
http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915> Acesso em: 01 de abr 2019.